

DIÁLOGOS ENTRE RUY MAURO MARINI E SERGIO FERRO: ENTRE A CONSTRUÇÃO CIVIL E A SUPEREXPLORAÇÃO¹

Andrei Chikhani Massa¹

Resumo: O presente texto apresenta dois intelectuais marxistas brasileiros ainda pouco (re)conhecidos em nosso país, Ruy Mauro Marini e Sergio Ferro. O primeiro é sociólogo e um dos principais nomes da Teoria Marxista da Dependência (TMD), e o outro arquiteto responsável por elaborar a mais radical crítica ao papel do *desenho* do arquiteto na exploração dos trabalhadores nos canteiros de obras. Os dois desenvolveram suas teorias, principalmente, ao longo dos anos 1960/70 no interior da esquerda e realizaram – cada um em sua área – uma crítica radical ao *status quo*. Partimos da hipótese de que os escritos de ambos contem diversas aproximações e podem ser complementares. A construção civil, analisada por Sergio, seria uma espécie de laboratório, como se o setor concentrasse as características típicas da dependência.

Palavras-chave: Construção civil; superexploração; canteiro; manufatura;

Abstract: The present text presents two brazilian marxist intellectuals still little known in our country, Ruy Mauro Marini and Sergio Ferro. The first is a sociologist and one of the leading names in the Marxist Theory of Dependency (TMD), and the other architect responsible for elaborating the more radical critique of the role of the architect's drawing in the exploitation of workers at construction sites. The 1960s and 1970s did not interior the Left and held - each in their own area - a radical critique of the status quo. We start from the hypothesis that the writings of both contain several approximations and may be complementary. Civil construction, analyzed by Sergio, would be a kind of laboratory, as if the sector were concentrated as typical features of dependence.

Key words: Construction; superexploration; flowerbeds; manufacturing;

¹ Mestre em Ciências Sociais pela UNIFESP/Guarulhos em 2013, membro do NECAD e atualmente trabalha como sociólogo e educador na Peabiru TCA.

O operário em construção

(...)

De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...
Mas fosse comer tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facção -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Vinicius de Moraes - 1959

Introdução

Ruy Mauro Marini e Sergio Ferro refletem um momento criativo do marxismo latino-americano, que nos anos 1960 apresentou um alto grau radicalidade. Suas trajetórias foram próximas, apesar de não se conhecerem: professores universitários e militantes, também foram presos e torturados pela ditadura civil-militar (1964) e depois partiram para o exílio. E mesmo após o processo de redemocratização no Brasil continuaram marginalizados do debate acadêmico. Marini teve seu primeiro livro traduzido para o português apenas nos anos 2000, assim como Sergio que teve uma primeira compilação de seus escritos em 2006. Com uma ressalva, nos últimos quinze anos tem crescido no Brasil o interesse pela TMD em geral. Os movimentos sociais também fazem uso dos escritos de ambos, Marini segue influenciando movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra (MST) e alguns mutirões por autogestão do início dos anos 1990 (como os realizados durante a gestão de Erundina na prefeitura de São Paulo, para a construção de habitações populares) até hoje se inspiram nas práticas e nos escritos de Sergio.

Antes de apresentarmos as teorias de ambos, primeiro faremos uma breve reconstituição de suas trajetórias, para entendermos melhor o contexto em que os autores estavam inseridos, como também para vermos as marcas do tempo em seus textos. Em seguida, apresentaremos suas teorias ressaltando os pontos de encontro entre elas e uma possível agenda de estudos.

Como nos apresenta SANTOS (2000), os processos de descolonização e as lutas pela libertação nacional do pós-guerra colocaram em evidência internacional as dificuldades de o capitalismo reproduzir a história “bem sucedida” das metrópoles, agora em suas (ex)colônias. E o marxismo começa a se libertar justamente da tendência ao eurocentrismo, ou seja, da tentativa de transplantar de forma mecânica para a América Latina os processos históricos vividos pela Europa. Segundo Lowy (p,11, 1999) na interpretação eurocentrista

(...) a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada progressista,

ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista etc. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob domínio do império norte-americano. (Lowy, p. 11, 1999)

Entre os anos 1940 e 1950, Sergio Bagú, Marcelo Segall, Caio Prado entre outros autores participaram deste afastamento das versões que afirmavam a existência de um feudalismo nos trópicos. E é com base nestes autores que Andre Gunder Frank critica a tese da existência do feudalismo no continente latino-americano em geral, e no Brasil em particular. Segundo esta perspectiva, havia uma estrutura arcaica, atrasada que impedia o desenvolvimento das relações capitalistas. E como era necessário o desenvolvimento das forças produtivas para o amadurecimento das condições objetivas para a revolução, defendia o avanço do capitalismo.

Frank afirma que o *subdesenvolvimento* é o resultado do “desenvolvimento” do próprio capitalismo e que o capitalismo no continente latino americano apresentaria algumas especificidades por estar condicionado a limites externos a si. (GUNDER FRANK, [1964] 2005) Contrapondo-se às teses do feudalismo, utiliza o caso brasileiro como exemplo, para afirmar o caráter capitalista da agricultura desde a colônia.

Por otra parte, el norte del país era rico en palo Brasil, madera muy codiciada para la producción de tintes, al igual que el índigo de Guatemala. Así, pues, esta parte norteña y ahora subdesarrollada de Brasil no tardo en ser incorporada al expansivo sistema capitalista mercantil como fuente de exportación de una materia prima. Las concesiones de tierra – capitanías y sismarías –, hechas por el Rey a algunos de sus súbditos para que colonizaran el Nuevo Mundo parecen feudales y, en efecto, tienen antecedentes feudales. Mas su esencia no era feudal, sino capitalista. Se las concibió y funcionaron como mecanismos de la expansión del sistema capitalista mercantil. Sus recipientes las aceptaron pensando en la ganancia comercial, y las financiaron con prestamos comerciales que recibieron y liquidaron – cuando pudieron – del producto de la explotación de otros.

(GUNDER FRANK, p.155, 1970)

Frank (1970) faz críticas aos autores que defendiam a existência do feudalismo na agricultura brasileira, assim como quem sustentava a dualidade na sociedade brasileira, como se existissem dois Brasis. Para Frank (1970) a agricultura brasileira (e latino americana) é capitalista desde seu início. Considerava o “subdesenvolvimento” como produto do próprio capitalismo.

Para compreendermos realmente a agricultura subdesenvolvida, devemos compreender o subdesenvolvimento. E, para isso, devemos pesquisar o desenvolvimento desse subdesenvolvimento. Sim, desenvolvimento do subdesenvolvimento, porque o subdesenvolvimento, diferentemente talvez do não desenvolvimento, não antecedeu o desenvolvimento econômico nem surgiu espontânea ou repentinamente.” (FRANK, [1964], p. 60, 2005)

Além dos escritos de Frank a Revolução Cubana (1959) motivou novas reflexões sobre a realidade latino-americana dentro do marxismo e influenciou o surgimento de novos grupos revolucionários no continente (OSORIO, 1994). Entre eles a Polop e a ALN. O início dos anos 1960, no Brasil, foi um período de grande agitação popular. Após o governo de JK, há a renúncia de Janio Quadros e o difícil governo de João Goulart. Surgem as Ligas Camponesas e dezenas de sindicatos rurais, junto com um amplo movimento pela reforma agrária. (REIS FILHO, p.90, in: RIDENI & REIS FILHO, 2002). O período também foi de agitação social nas cidades, que além de algumas paralisações, foram palco de duas grandes greves gerais em 1962. Os trabalhadores urbanos avançavam na conquista de importantes direitos sindicais e políticos, clima que contagiou também parte das Forças Armadas, principalmente em torno da defesa da legalidade do processo democrático. (REIS FILHO, p.90, 2002)

É na luta pelas “reformas de base” que surgem diversas organizações de esquerda - a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Aliança de Libertação Nacional (ALN) entre outro –que passam a fazer frente ao PCB. E é de dentro deste debate que Ruy e

224 MASSA, A. C. Diálogos entre Ruy Mauro Marini e Sérgio Ferro...
Sergio escrevem seus textos.

Sergio ingressa na FAU/USP (1957) como aluno do curso de graduação em arquitetura e urbanismo e já em 1962 torna-se professor de História da Arte e assistente de Flavio Mota na mesma universidade. Durante os anos de graduação (entre 1958 e 1961) viaja diversas vezes para Brasília a trabalho, presenciando de perto o surgimento da nova capital brasileira. E como o mesmo destaca (Stolfi, Rezende e Nobre, 2002), este foi um primeiro momento de choque entre o discurso modernizante dos arquitetos (arquitetura moderna) que defendiam a construção de um novo Brasil, industrializado e a dura realidade dos canteiros de obras. Segundo Sergio “(...) ao chegar em Brasília, via aqueles desenhos lindos do Niemeyer, perfeitos, brancos, puríssimos, mas com uma massa de gente ultramiserável, ultra-explorada, construindo aquilo. Um horror as condições de trabalho.” (Stolfi, Rezende e Nobre, p. 3, 2002).

Nos anos 1960 Sergio participa – junto com Marilena Chauí, Ruy Fausto, Lourdes Sola, Roberto Schwarz, Emir Sader, Francisco Weffort, entre outros – da segunda geração do Seminário Marx na USP. O primeiro grupo do Seminário, apesar de ser considerado um espaço independente de leitura do marxismo em oposição ao dogmatismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), segundo Schwarz (1999), ainda defendia a importância do desenvolvimento das forças produtivas. Para SADER (1996), a segunda geração apresentava algumas diferenças em relação à primeira, que além de contar com um grande número de militantes se volta mais fortemente a uma intervenção na luta de classes. Segundo Arantes

As referências políticas e teóricas do segundo grupo (...) também eram diferentes: as revoluções cubanas e chinesas, e daí Fidel, Che e Mao, a crítica ao sistema soviético através de Trotsky, o existencialismo sartreano, e as novas interpretações do subdesenvolvimento com Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Caio Prado Jr. E Regis Debray. (ARANTES, P. 111, 2002)

Sergio foi filiado ao PCB desde 1960 até o racha de Carlos Marighela em 1967 e inicia suas atividades na recém criada Aliança Libertadora Nacional (ALN). Sergio se opunha à posição do PCB que via o desenvolvimento das

forças produtivas como algo necessário e *intrinsecamente* positivo. E realiza em seus textos “(...) uma crítica à alienação e à divisão capitalista do trabalho e o questionamento da neutralidade da técnica e dos técnicos.”. (Arantes (2002, p. 112) Neste momento Sergio amadurece uma crítica às idéias *modernizantes*. E suas discordâncias político ideológicas com o PCB ficam claras durante a realização, em 1968, do 2º Fórum de Ensino¹ na FAU/USP. Esta polarização nos ajuda a compreender as disputas da esquerda naqueles anos.

Vilanova Artigas era importante militante do PCB e diretor do curso de arquitetura da FAU/USP e, assim como seu partido, defendia a possibilidade do *progresso*, do *desenvolvimento* através da industrialização como forma de superarmos nosso *atraso*. E para isso, defendia um papel de destaque para os arquitetos. Para Artigas, os arquitetos deveriam levar em consideração – em seus desenhos – a necessidade de se desenvolver as forças produtivas. Já Sergio e seus companheiros, a “geração da ruptura”, estavam mais preocupados com as relações de produção nos canteiros e voltavam suas atenções para o lugar da arquitetura na acumulação de capital. Além de afirmarem a impossibilidade de se fazer frente ao novo regime apenas dentro de suas profissões, como arquitetos. E defendem o engajamento na luta armada contra a ditadura, postura oposta a de Artigas.

Artigas é cassado em 1969, a Maria Antonia é fechada, AI-5 decretado e a FAU é transferida para o novo prédio no novo campus da cidade universitária, projetado justamente pelo arquiteto cassado. Artigas passa um ano exilado no Uruguai, depois retorna ao Brasil e realiza, ainda acreditando no papel do arquiteto, diversas obras para o Estado ditatorial. E como o mesmo afirmou, “tirou um proveito” da situação. Entre 1969 e 1970 Sergio e Rodrigo participam da luta armada (ALN e VPR). Em dezembro de 1970 são presos, torturados, e assim permanecem por um ano. (ARANTES, p. 95-98, 2002) Sergio é demitido da FAU, em 1971, por abandono de cargo (excesso de faltas) enquanto estava preso. Após sair da prisão, parte para o exílio na França.

Marini também vivenciou as disputas no interior da esquerda e a

¹ Este Fórum buscava (re)estabelecer as diretrizes de ensino da faculdade após a intervenção, em 1965, da ditadura com a escolha do *diretor biônico* Pedro Moacir Amaral Cruz.

226 MASSA, A. C. Diálogos entre Ruy Mauro Marini e Sérgio Ferro... repressão do golpe de 1964, tanto na Universidade como na militância. Natural de Barbacena, Minas Gerais, se muda para o Rio de Janeiro no início dos anos 1950 e faz a graduação na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), curso recém criado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tem grande contato com Guerreiro Ramos, de quem além de aluno foi professor-assistente. Ao terminar a faculdade vai para a França cursar o Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, o SciencesPo. Convive com imigrantes de diversos continentes e também com o processo de descolonização da Indonésia e da Argélia. Enquanto na América Latina o desenvolvimentismo alcançava seu ápice, na França Marini aprofundava seus estudos no marxismo. E passa a denunciar *as teorias do desenvolvimento* como mistificadoras da realidade, frente às dificuldades do capitalismo em repetir nas ex-colônias o mesmo “sucesso” das metrópoles.

No início dos anos 1960 Ruy retorna ao Brasil e participa da fundação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), um espaço da esquerda que se formava como alternativa ao dogmatismo do PCB. A POLOP defendia uma revolução sem etapas com uma aliança entre trabalhadores do campo e da cidade e não via a burguesia nacional como ente revolucionário. Afirmava que toda luta antiimperialista era, necessariamente, anticapitalista. Em 1962, junto com Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e, posteriormente Andre Gunder Frank, Ruy começa a dar aulas na Universidade de Brasília (UNB) sob o entusiasmado projeto de Darcy Ribeiro. Porém, com o golpe de 1964 é sumariamente demitido da Universidade junto com outros professores. Meses depois é preso e torturado pelos militares. No ano seguinte, assim como diversos outros intelectuais e militantes, vai para o exílio no México.

Durante esta parte do exílio (1964-1969) Marini dá aula no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México e no Centro de Estudos Latino-Americanos da Faculdade de Filosofia, da Universidade Autônoma do México (Unam). Neste período, manifestações estudantis por melhores condições de ensino, fortemente reprimidas pelo Estado, passaram a mobilizar o país. E Marini começa a ser identificado como um dos responsáveis pela organização delas. Com isso vai para o Chile (1969), país que apresentava uma atmosfera

progressista, com processos de reforma agrária e estudantil. (BEIGEL, 2010) Além disso, estavam no país seus companheiros(a) exilados(a) de Brasília. Ruy participa, já em 1969, do processo revolucionário chileno, como membro do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), em pleno período eleitoral que leva à presidência do Chile Salvador Allende.

Com o grande e diverso debate entre os exilados, em que militância e atividade acadêmica se misturavam, Marini publica seu principal texto, *Dialética da Dependência* (1973). E mais uma vez, outro golpe militar na América Latina derruba um governo eleito, desta vez a Unidade Popular no Chile. Marini segue o exílio para o México, mas antes passa pelo Panamá e fica um ano na Alemanha. Volta ao Brasil em 1984 e retorna à UNB em 1987.

É neste contexto que Ruy e Sergio produzem suas principais contribuições para o pensamento crítico. Seus textos seguiam o mesmo caminho de suas militâncias, abordando o marxismo criativamente e com *olhos de ver* defendiam certa especificidade em seus objetos (o capitalismo nos países latinos americanos, a construção civil e os canteiros) e a necessidade da elaboração de uma teoria própria. Distanciavam-se de uma visão eurocêntrica e etapista, realizando uma crítica fundamental à ideologia do “desenvolvimento” capitalista. Ambos se contrapunham à idéia da necessidade de se ampliar e “desenvolver” as relações capitalistas (meios de produção) para por fim ao “subdesenvolvimento”. E defendiam uma revolução sem etapas, levada adiante por uma Frente única de trabalhadores do campo e da cidade.

Dependência e Superexploração

Ruy fez parte, juntamente com Vania Bambirra, Theotonio dos Santos, Andre Gunder Frank entre outros, da elaboração da Teoria Marxista da Dependência (TMD) ao longo dos anos 1960 e 1970. A TMD realiza uma rotação de perspectiva, reinterpretando a história do capitalismo, tendo como foco a contribuição da América Latina ao desenvolvimento do capitalismo e as consequências, internas e externas, da inserção do continente no sistema

228 MASSA, A. C. Diálogos entre Ruy Mauro Marini e Sérgio Ferro... capitalista internacional. Apresenta a América Latina não como um processo a parte da história dos países “desenvolvidos”, tampouco como um desvio que necessitava de termos depreciativos para caracterizá-la. A América Latina, desta forma, constitui parte integrante e indissociável da história do desenvolvimento capitalista em escala mundial. Porém, como busca desvelar, possui leis próprias de um capitalismo dependente.

Utilizando o marxismo criativamente, Marini rompe drasticamente com as interpretações sociais e econômicas sobre a América Latina realizadas até então e denuncia que o “desenvolvimento” de alguns países ocorre, necessariamente, sob o “subdesenvolvimento” de outros. E que dentro dos marcos do sistema capitalista seria impossível os países da região alcançarem o tal sonhado fim do “subdesenvolvimento” – dando continuidade ao teorema “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de André Gunder Frank².

Distanciava-se das interpretações tanto do marxismo dogmático dos Partidos Comunistas latino americanos quanto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), enquanto os primeiros defendiam uma aliança de classes entre burguesia e proletariado na luta para por fim aos resquícios do feudalismo e desenvolver as forças produtivas em uma revolução por etapas, a segunda defendia a industrialização, com forte participação do Estado, como única alternativa para o fim ao “subdesenvolvimento”. Realizando uma crítica marxista às concepções convencionais do “desenvolvimento”, Marini alega que o “subdesenvolvimento” é antes uma consequência do próprio “desenvolvimento” do capitalismo no continente, tendo como base a superexploração dos trabalhadores.

A dependência seria um fenômeno permanente e estrutural, porém não ocorreria sempre da mesma forma e poderia ser dividida em quatro momentos históricos: colonial, financeiro-industrial, tecnológico-industrial e neoliberal³. A

² “Para compreendermos realmente a agricultura subdesenvolvida, devemos compreender o subdesenvolvimento. E, para isso, devemos pesquisar o desenvolvimento desse subdesenvolvimento. Sim, desenvolvimento do subdesenvolvimento, porque o subdesenvolvimento, diferentemente talvez do não desenvolvimento, não antecedeu o desenvolvimento econômico nem surgiu espontânea ou repentinamente.” (FRANK, [1964], p. 60, 2005)

³ Encontramos interessantes apontamentos sobre uma possível nova etapa da dependência ante

superexploração estaria presente em todos estes momentos ao assumirmos que

(...) as relações intercapitalistas devem se traduzir para os países dependentes numa expropriação de valor que resulte na queda de suas taxas de mais-valia e lucro; e as relações entre capital e força de trabalho devem se pautar por um excesso de oferta desta última para que seus preços possam cair abaixo do valor, permitindo o ajuste necessário para a recuperação das taxas de mais-valia e de lucro e do ritmo da acumulação capitalista. (MARTINS, 2011, p. 295)

A partir do momento que a divisão internacional do trabalho implica papéis distintos para os países – enquanto uns industrializavam-se, outros se especializavam em produtos primários – Marini destaca a dependência como:

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, p.141, [1973] 2005)⁴

Santos (1978), em concordância com Marini, adverte que a dependência não se dá através de uma *dominação externa*, mas antes há uma

(...) articulação entre os interesses dominantes nos centros hegemônicos e os interesses dominantes nas sociedades dependentes. (...) A dominação somente é possível quando encontra respaldo nos setores nacionais que se beneficiam

a financeirização do capitalismo contemporâneo e suas implicações para os países dependentes, bem como suas consequências para a superexploração da força de trabalho em AMARAL, 2012; 2013.

⁴ A visão de Marini é diferente da desenvolvida por Cardoso, para quem a dependência é vista como uma situação conjuntural e reversível dentro dos marcos do capitalismo, que parte de um processo econômico ditado pela interdependência entre as diversas nações. Os países dependentes teriam a integração com o mercado internacional como alternativa para ter acesso às inovações tecnológicas, por meio da entrada de investimentos estrangeiros e, assim, dinamizar suas economias e melhorar as condições de vida da população, sustentando, assim, uma visão funcionalista do sistema capitalista. Desta forma, dependência e desenvolvimento seriam congruentes. (TRASPADINI, 1999).

Marini não desconhece o objetivo dos capitalistas, a ampliação da reprodução expandida do capital, o que já seria motivo suficiente para que estes buscassem a maior exploração dos trabalhadores. O problema, para ele, não reside tanto na transferência de valor – seja através do pagamento de juros, lucros, royalties, patentes, deterioração dos termos de troca, entre outros, ou a transferência de capital através da equalização da taxa média de lucro, na qual os setores de composição orgânica baixa do capital transferem capital para outros setores – dos países dependentes rumo aos centrais, mas sim na reação em cadeia que ela gera para a economia dependente. Incapazes de frear essa perda de mais-valia pelos mecanismos próprios do mercado, por meio do desenvolvimento tecnológico, os capitalistas dos países dependentes buscam compensá-la com uma maior exploração dos trabalhadores⁵.

Esses processos, associados, evidenciam o que Marini conceitua como superexploração:

(...) nos mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade de trabalho], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [salário abaixo do valor da força de trabalho], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (Marini, 1973, p. 156)

Desta forma, entendemos a superexploração como um mecanismo de compensação que acarreta a remuneração dos trabalhadores abaixo de seu real valor. Em outras palavras, o salário pago aos trabalhadores superexplorados não corresponde ao mínimo necessário para sua manutenção e reprodução⁶. E seu

⁵ Tratando dos fatores contrários à lei tendencial de queda da taxa de lucro, Marx (2008, p. 307) afirma: “O grau de exploração do trabalho, a extração de trabalho excedente e de mais-valia, aumenta, antes de mais nada, pelo prolongamento da jornada e pela intensificação do trabalho.”

⁶ “A tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário,

excessivo desgaste – pelo aumento da jornada e/ou da intensificação do trabalho – levaria ao *esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador*. A superexploração não deve ser entendida como uma exploração baseada na mais-valia absoluta, mas sim na combinação de aspectos desta junto com a mais-valia relativa⁷ (LUCE, 2013).

Para Carcanholo (p.85, 2013), a superexploração é o *mecanismo de compensação* que eleva a taxa de acumulação, necessário nas economias dependentes tendo em vista os condicionantes estruturais da dependência, que resultam em diferentes maneiras de transferência de valor produzidos nos países periféricos para o ciclo de acumulação das economias centrais.

E é neste ponto que encontramos o ponto de cruzamento entre o pensamento de Ruy Mauro e Sergio Ferro. Se os países dependentes necessitam de grande massa de mais-valia para compensar seu processo de perda de capital, Ferro nos apresenta a importância da construção civil, mais especificamente, da exploração dos trabalhadores nos canteiros de obras.

A construção civil e seus canteiros

Ferro (1969, 1979) busca compreender o modo de produção da construção civil e acaba por diferencia-la da indústria, definindo-a como *forma-canteiro*. Situa a construção civil como manufatura, pois nela, além de não haver o predomínio das máquinas, estas não condicionam o trabalho. Evitando termos como *atrasado*, se comparado sem mediações com a indústria. Por outro lado, também não é artesanal, haja vista a grande divisão de tarefas presentes no canteiro. Na manufatura, “(...) o capital fratura o trabalho e separa as ações em pedaços numa decomposição forçada dos ofícios. As equipes são organizadas para tarefas limitadas nas quais a compreensão da totalidade do processo, presente no artesão, é dispensada.” (ARANTES, 2002, 113-114)

sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços no processo produtivo.” (MARINI, 2000, pág.134).

⁷ Entendemos por mais-valia absoluta a mais-valia que o capitalista obtêm através da extensão da jornada de trabalho e/ou intensificando o uso da força de trabalho. E a mais valia relativa, seria a mais valia obtida através da diminuição social do tempo de trabalho necessário á reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria..

Ferro (1979) não desconhece que produtos industrializados intervêm no canteiro (cimento, aço, equipamentos elétrico e hidráulico, guinchos e betoneiras), porém afirma que o conjunto da produção e cada etapa de uma obra são dominados pela estrutura da manufatura. Que segundo Sergio

A manufatura aplica seu capital somente em matéria-prima, pouquíssimas máquinas auxiliares para trabalhos excessivamente pesados e muita força de trabalho. A base da manufatura é, ainda, o trabalhador coletivo, isto é, trabalhadores em cooperação. (FERRO, 1969, p. 86)

As máquinas, nos canteiros, apareceriam apenas de forma secundária nas tarefas pesadas. Quando o autor, em *Sobre o canteiro e o desenho* (2003), busca atualizar seus estudos sobre os canteiros, enfatiza que o setor da construção permanece manufatureiro. Mas por que não há desenvolvimento das forças produtivas no setor?

Para Ferro (1969) apenas quando a concorrência capitalista impuser uma queda nos preços das unidades habitacionais, haveria a possibilidade do progresso técnico. Vejamos isso mais de perto, ainda segundo Ferro, a construção civil opera

(...) com uma composição orgânica do capital muito atraente (capital constante muito reduzido), uma massa considerável de investimentos (pensem em estradas, pontes, fábricas, escritórios, casas, igrejas, etc., uma parte substancial do PIB) e o emprego de uma força de trabalho superabundante e muito desqualificada (na aparência). Tudo reunido permite a obtenção de uma enorme provisão de mais-valia, índices de mais-valia incomparáveis com outros setores da produção menos sensíveis à pressão do exército de reserva da força de trabalho, taxas de lucro específicas muito altas que, por perequação, irrigam outros setores pela elevação da taxa média, alimentando os setores industriais de ponta etc. Isso basta para explicar por que não há industrialização da construção em Brasília, o canteiro ideal para testá-la, nem nos países desenvolvidos. (FERRO, [2003] 2005, p. 324)

A construção civil tem uma crônica baixa composição orgânica do capital se comparada a indústria e *produz mais-valia excedente que vai*

alimentar outros setores da economia, além de se contrapor à queda tendencial da taxa de lucro. O setor funcionaria da mesma forma que os países dependentes em relação aos *centrais*, como fonte de mais-valia extraordinária. Segundo o arquiteto brasileiro,

(...) como a indústria (automobilística) “nacional” está para a indústria metropolitana assim como a construção civil está para a indústria (automobilística) “nacional”, podemos imaginar a densa e intrincada rede de fatores interessados neste fato simples: a manutenção do modo arcaico de produção na construção civil. (FERRO, p.99, 1969)

Segundo Arantes

A interpretação de Sérgio Ferro evita o etapismo ao considerar que a manufatura da construção não é um estágio a ser superado, mas uma “condição sobredeterminada” pelo conjunto da economia política, um campo de produção extraordinária de mais-valia, de modo a contrabalançar a tendência geral de queda da taxa de lucro. (...) Como arquiteto da periferia do capitalismo, Sérgio vai então reconhecer no canteiro de obras aspectos próprios ao subdesenvolvimento — e procurar, assim, descrever a economia política da construção como alegoria do subdesenvolvimento. (ARANTES, p. 181, 2012)

Um retrato atual da construção civil e seus trabalhadores

A burguesia local brasileira manteve sob seu domínio alguns setores da economia, mesmo após os processos de internacionalização que a Brasil passou. Destacam-se os ramos que possuíam baixa composição orgânica do capital, como a produção de produtos primários (latifúndio/agrobusiness) e da construção civil. Podemos afirmar que “restou” para as burguesias locais, incapazes de fazerem frente ao desenvolvimento tecnológico de seus pares imperialistas, ramos com baixo desenvolvimento tecnológico. Mais do que problemas, desvios, insuficiências, incapacidades, atrasos e ausências, os países dependentes encontram empecilhos consequentes da forma como adentram ao

234 MASSA, A. C. Diálogos entre Ruy Mauro Marini e Sérgio Ferro... mercado mundial, no qual o progresso tecnológico desempenha papel crucial na concorrência capitalista. (MARINI, 2000)

A construção civil no Brasil tem como características o forte vínculo de dependência em relação ao Estado⁸ e relevância na geração de empregos. (FIX, 2011, p. 99). Uma característica importante é a hegemonia do capital privado da burguesia brasileira no setor. Diferentemente de outros setores da economia (como a indústria), não houve um processo de desnacionalização destas empresas, ao menos até o início dos anos 2000. O capital internacional teve maior interesse nos ramos com maior grau de concentração de capital (como a indústria de materiais e componentes). Como o mercado de casas por encomenda sempre fora restrito às classes média e alta e a maior parte do déficit habitacional encontrava-se (e ainda encontra-se) nas populações de baixa renda, o mercado da produção habitacional era restrito. (FIX, 2011)

Desta forma, o setor de edificações da construção civil mantinha uma relação de dependência com o Estado, ente responsável por promover políticas públicas que movimentavam o setor. Conforme nos apresenta Bolaffi (1982), tratando da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), o déficit habitacional foi eleito como “problema nacional” não para ser resolvido, mas sim para utilizá-lo como justificativa para medidas destinadas a satisfazer outros propósitos. Ele “(...) não passou de um *artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural*.” (BOLAFFI, 1982, p. 47). Analisando criticamente o BNH, Sergio afirma

Sintomaticamente, os imensos recursos [do BNH], que facilmente equipariam indústrias suficientes para a superação real do déficit habitacional em poucos anos, com qualidade, são redivididos, encaminhados a grandes empreendedores e construtores. Os quais, com a garantia do “desenvolvimento do nosso subdesenvolvimento”, de nenhum gringo à vista com suas máquinas usadas, e da impraticabilidade de nova gloriosa guerra com o Paraguai, espalham, em doses homeopáticas, em salutares e tênues despenhadeiros, suas casinhas, impulsionando com novo

⁸ Para mais detalhes do surgimento das grandes construtoras do país, ver *Estranha Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988* – Pedro Henrique Pedreira Campos.

vigor o absurdo e desumano processo tradicional da construção civil. (FERRO, 1969, p. 88)

As políticas públicas nacionais no setor habitacional, desde o BNH (1964) até o MCMV (2009), não tinham como principal foco a questão da moradia ou o déficit habitacional⁹. No caso do MCMV um ponto esclarece esta questão: 82.5% do total do déficit habitacional encontra-se entre as famílias que possuem renda entre 0 e 3 salários mínimos. Porém, apenas 35% das unidades habitacionais do programa foram destinadas a esta faixa de renda. Por outro lado, as famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos – que representam 15,2% do déficit habitacional – receberam 60% das unidades.

Se no primeiro caso o que importava era a geração de empregos devido à crise (1964-67), no segundo não foi diferente. Semelhante ao funcionamento do BNH, no programa MCMV o Estado transfere às empresas privadas (construtoras) a maior parte dos recursos. Ao gerar empregos e injetar um alto volume de recursos nas empresas privadas do setor da construção, o programa MCMV, lançado em 2009 pelo então presidente Lula, serviria como política anticíclica devido à crise mundial. (ARANTES e FIX, 2009) Esta visão é reforçada por Baravelli (2014, p. 177), que afirma que o MCMV¹⁰ foi um programa eminentemente econômico e não social, tendo como foco a produção em si e não o produto produzido.

A política pública tinha um perfil distributivista e alçava um problema real que afeta a classe trabalhadora a nível nacional, o fornecimento de moradia para a população de baixa renda. Por um lado, o programa força o mercado a atender essa demanda habitacional de baixa-renda, uma

⁹ Engels ([1873] 2015) nos apresenta a impossibilidade de resolver o problema habitacional da classe trabalhadora no sistema capitalista. E também, as consequências do desenvolvimento do sistema capitalista sob os trabalhadores e suas moradias (ENGELS, [1845] 2008).

¹⁰ Baravelli (2014) analisando as obras do MCMV aponta para possíveis mudanças no canteiro, defendendo um momento de transição do caráter manufatureiro para o industrial. E aponta as novas tecnologias de gestão e organização do trabalho que “(...) mais que a mecanização, é o ponto sem retorno da industrialização dos canteiros de obras do programa MCMV.” (2014, p. 47). Por outro lado, ARANTES (2012) afirma que os canteiros antecipam as estratégias de subcontratação e precarização das relações trabalhistas, mas ao mesmo tempo mantem em sua base formas tradicionais de produção e dominação. O que faz com que Arantes ainda classifique o canteiro enquanto manufatura.

vez que interessa ao governo que o subsídio atinja estas famílias (de baixa-renda) para obter ganhos políticos. Já para o mercado, interessa o subsídio para atender às camadas média e média-baixa, onde o valor das unidades habitacionais é maior. (ARANTES e FIX, 2009)

A alta taxa de lucro da construção civil “(...) *é tanta que seu excedente produz um “derramamento” capaz de alimentar o resto da economia, inclusive os setores mais modernos (...).*” (ARANTES, 2002, p. 105), devido à tendência de equalização das taxas de lucro. Sérgio Ferro (1969) se aproxima do que Gunder Frank ([1964] 2005) definia como *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, para (re)afirmar o importância da construção civil em países “subdesenvolvidos”. Destaca a necessidade deste setor para contrarrestar, a tendência à queda da taxa de lucro da economia capitalista¹¹.

A construção civil aparece desta forma, como um “laboratório”, como se o setor concentrasse as características típicas da dependência. Arantes (2012, p. 180), em continuidade aos escritos de Sérgio Ferro, parece chegar a essa conclusão, ao afirmar, sobre a construção civil:

Suas características produtivas, aparentemente caóticas e braçais, foram descritas como um estágio a vencer. Tratava-se de uma visão fetichizada da tecnologia, que correspondia a uma noção de progresso técnico linear. Um estágio a ser superado, análoga à própria situação de “subdesenvolvimento” – mera etapa a ser percorrida no caminho do desenvolvimento capitalista, como afirmavam os defensores da industrialização periférica e de revoluções burguesas no terceiro mundo. Comparação que, vista por um ângulo não etapista, é sem dúvida provocativa: tal como o subdesenvolvimento, a produção aparentemente arcaica no canteiro de obras parece sem superação possível, uma vez que ambas são formas coetâneas da acumulação capitalista e de seu desenvolvimento desigual e combinado(...).

Mariana Fix (2011) destaca que o setor da construção passou por um processo de internacionalização e financeirização que não se deu através da

¹¹ Aqui as explicações de Ferro (1969) se aproximam consideravelmente das utilizadas por AMARAL e CARCANHOLO (2012) quando analisam a transferência de mais valia nas relações inter e intracapitalista, buscando compreender a superexploração.

aquisição completa das empresas (como em outros setores da economia a partir dos anos 1990). Com a grande entrada de capital internacional no setor, ele deixou de ser espaço exclusivo de valorização do capital local, apesar de ainda manter-se como um negócio da elite brasileira. Em construtoras como a Odebrecht, Cyrela, MRV, Rodobens e Rossi, os antigos proprietários se mantem como principais acionistas.

As empresas do setor possuem importante relevância dentro do capitalismo nacional. Ao longo dos anos 2000 alguns fatores contribuíram para o crescimento do setor, como o incentivo do Estado, com a ampliação de linhas de financiamento habitacional, a exemplo do Programa MCMV; a manutenção e ampliação do programa de recuperação da infraestrutura, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e os investimentos para realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, que ocorreu em 12 cidades (capitais) de diferentes regiões brasileiras, além das Olimpíadas de 2016 que acontecerão no Rio de Janeiro.

A construção civil representava, em 2003, 4,7% do PIB nacional, passando para 5,7% em 2012. A cadeia produtiva do setor representa 9,2% do PIB nacional, e em 2012 era responsável por empregar mais de 10 milhões de pessoas. Entre os anos 2007 e 2010 o PIB do setor duplicou, saltando de R\$62,6 para R\$125,1 bilhões, quando, no mesmo período, foram criadas 900 mil vagas de trabalho. Acompanhando este movimento, de 2007 para 2012 praticamente dobrou o número de empresas ativas que empregavam uma ou mais pessoas, passando de 52.870 para 104.338. Por fim, um importante dado mostra que obras e serviços especializados para a construção representam 94,3% da receita bruta do setor, seguido de incorporação de imóveis construídos por outras construtoras (5,5%) e venda de materiais de construção e demolição. Ou seja, são os canteiros os principais responsáveis pela grande circulação e reprodução de capital no setor.

Conforme sustenta Marini, os trabalhadores dos países dependentes não representam papel relevante na realização da produção, já que a produção destes países é prioritariamente voltada para a exportação e para as camadas médias e altas da sociedade. E a transferência de valor através do pagamento

238 MASSA, A. C. Diálogos entre Ruy Mauro Marini e Sérgio Ferro... de juros, lucros, royalties, patentes, deterioração dos termos de troca, entre outros, somado a existência de uma vasta superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva), no Brasil, contribuem para a superexploração da força de trabalho.

Cabe destacar que a figura mais presente nos canteiros é o servente, popularmente conhecido como ajudante de pedreiro. Ferro (1969, p. 89) demonstra o predomínio, no canteiro, da mão de obra pouco qualificada, destacando justamente o papel do servente¹² de pedreiro. Os serventes representam a *pura energia física auto-movente, são altamente instáveis, trabalhando dias, meses, raramente anos em uma obra e numa empresa* (Ferro, 1969, p. 89). Estes trabalhadores ficam restritos às tarefas primárias onde não há necessidade de nenhum aprendizado, inviabilizando o aumento do valor de sua força de trabalho através da qualificação. Conforme afirma Ferro (1969, p.88): *“O combustível básico da manufatura está garantido numa quantidade e a um tal preço que dispensa quaisquer preocupações quanto à sua substituição.”*

Ainda sobre a relevância dos serventes (principalmente) e dos pedreiros, um importante dado¹³, elaborado pelo DIEESE, é bastante interessante e revelador: as dez ocupações na construção civil (no Brasil) que mais geraram postos formais de trabalho, entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010, totalizaram pouco mais de 200 mil vagas. Destas, 153 mil foram de serventes e 20 mil de pedreiros. Ou seja, estas duas ocupações, primordiais no canteiro, ocuparam 83% do total de vagas no período.

Os trabalhadores da construção civil, em 2012, representavam 7,5% do total de empregados formais no país (DIEESE, 2012). A maior parte destes atua no setor de construção e incorporações de edifícios, seguido pelo ramo de serviços especializados para a construção. A construção civil apresenta um recorte de gênero bastante demarcado, já que permanece um local de trabalho masculinizado (mais de 90% dos trabalhadores são homens). Há também uma

¹² “Ora, objetiva e subjetivamente instável, sem nenhum laço forte ou interesse específico em relação à construção, lá só permanece enquanto sua animalidade, sua força, serve. A radical negação de sua humanidade no trabalho impede qualquer vinculação não contratual com ela ou com o ramo.” (FERRO, 1969, p. 90)

¹³ Estudo Setorial da Construção Civil (n.51 – maio de 2010).

maçã presença de negros, entre todas as capitais pesquisadas pelo DIEESE, na construção civil. Proporção esta acima dos outros setores da economia.

A escolaridade de toda população cresceu na última década, mas a construção civil ainda permanece como alternativa para os trabalhadores com baixa escolaridade. Conforme aponta o DIEESE, a construção civil, em 2011, foi o setor com a maior concentração de trabalhadores com o fundamental incompleto, em média 52% do total de trabalhadores formalizados do setor. Interessante notar que no mesmo setor, apenas 5,8% dos trabalhadores possuíam ensino superior.

Houve um aumento, na última década, em um cenário de aquecimento da economia em geral, dos trabalhadores brasileiros com carteira assinada. Porém, na construção civil, aproximadamente 40% dos trabalhadores não possuía carteira assinada nem eram funcionários públicos estatutários. Entre os ramos da construção civil o setor de serviços especializados para a construção apresenta o maior contingente de trabalhadores por conta própria¹⁴. A taxa de rotatividade também é grande entre os trabalhadores do setor, apresentando a maior entre todos os setores da economia. Nas regiões metropolitanas de Recife (6 meses), Fortaleza (8 meses) e Salvador (10 meses) os trabalhadores da construção civil permaneciam poucos meses numa mesma obra e/ou numa mesma empresa. Entre todos os setores a média de permanência era de 27 meses, 24 meses e 28 meses nas respectivas regiões metropolitanas.

O processo de financeirização, em paralelo à criação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em 2009 causou impactos direto nos canteiros de obras. A produção habitacional subiu vertiginosamente e esse crescimento

¹⁴ Fontes (2010, p. 355) afirma que “As expropriações de direitos que ocorrem mundo afora, em paralelo à oferta de serviços industrializados para aliviar as necessidades antes supridas como direitos, podem ser analisadas como formas de superexploração do trabalho. A conversão de capital, através de fundos de pensão, de parte do salário de variadas camadas de trabalhadores (...) é outra de suas formas. Num caso como no outro, parcela do salário – trabalho necessário – destina-se seja à compra de um bem expropriado aos trabalhadores, com saúde, educação, etc., seja à constituição de fundos para suportar tais despesas no futuro, com planos de saúde ou fundos de pensões para as aposentadorias mitigadas ou extintas. Neste último caso, parcela dos salários se converte em... capital. Mas, além disso, há ainda uma nova modalidade de superexploração: o uso capitalista da força de trabalho sem contrato, ou a expropriação do próprio contrato de trabalho, de tal forma que se instaura uma jornada sem limites, cuja remuneração explícita uma imposição econômica, social e política de patamares infra-históricos de subsistência dos trabalhadores.”

240 MASSA, A. C. Diálogos entre Ruy Mauro Marini e Sérgio Ferro... trouxe algumas mudanças tecnológicas no setor. E também, como as empresas com capital aberto nas bolsas de valores estão sujeitas à maior fiscalização, cresceu a busca pelas figuras das subempreiteiras e pela terceirização, com o objetivo de burlar a legislação trabalhista brasileira. Essas mudanças impactam diretamente na (super)exploração dos trabalhadores.

Recente estudo (FILGUEIRAS, 2015) sobre as condições de saúde e segurança no trabalho da construção civil brasileira aponta que, se comparados com trabalhadores dos outros setores da economia, há mais que o dobro de chances de um trabalhador morrer enquanto exerce sua função e, também, há 60% mais chances dos trabalhadores do setor sofrerem um acidente de trabalho e ficarem incapacitados permanentemente. A gestão predatória do trabalho nos canteiros, a convivência do Estado com tais práticas, o baixo desenvolvimento tecnológico crônico do setor e a necessidade de altas taxas de lucro para os capitalistas seriam os principais causas apontadas para o alto índice de acidentes e mortes de trabalhadores na construção civil.

Todo este processo não foi vivenciado de forma pacífica pelos trabalhadores nos canteiros de obras. A partir de 2009 esses trabalhadores passaram a figurar a segunda categoria, no país, com o maior número de greves e paralisações. Ficando atrás somente dos metalúrgicos. Segundo o Banco de Greves do DIEESE, houve centenas de greves da categoria em diversos estados ao longo dos anos 2000. Vale destacarmos as diversas greves nas grandes obras de infraestrutura, como: Jirau, Belo Monte, Santo Antonio, São Domingos, Abreu e Lima, entre outras. Greves essas que foram reprimidas, ao menos em Jirau e Belo Monte, pela Força de Segurança Nacional (FSN).

Analisar a construção civil pode nos ajudar a jogar luz no funcionamento do capitalismo dependente, seja através das relações da burguesia local com o Estado, seja pelas condições de seus trabalhadores (super)explorados nos canteiros. Entendemos que a superexploração pode estar presente em qualquer setor da economia (serviços, comércio, indústria, etc) e também pode ocorrer com trabalhadores que recebam altos salários. Porém, ao que nos interessa, destacamos uma parte da classe trabalhadora que além das difíceis condições de trabalho, também vivem em condições precárias. Trabalhadores estes que,

além de representarem nosso passado colonial, tem um potencial transformador em suas mãos.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente.** In FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

ARANTES, Pedro F. **Arquitetura Nova – Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões.** São Paulo: editora 34, 2002)

_____. **Arquitetura na Era Digital-Financeira: desenho, canteiro e renda da forma.** São Paulo: editora 34, 2012.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana de AzevedoBarretto. **Minha Casa, Minha Vida, o pacote habitacional de Lula.** 2009. (disponível em: http://web.observatoriodasmetroplites.net/download/gthab/text_ref_outros/fix_e_arantes_MCMV.pdf)

BARAVELLI, José Eduardo. **Trabalho e Tecnologia no Programa MCMV.** Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

BEIGEL, F. **Autonomía y dependência académica.** Universidad e investigación científica en un circuito periférico: Chile y Argentina (1950-1980). Buenos Aires: Biblos, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal.** Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, vol I, 2000.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema.** In MARICATO, Erminia (org.). A produção capitalista da Casa (e da Cidade). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

CARCANHOLO, M. D. **(Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho.** In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência.** Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **Pesquisa Anual da Indústria da Construção.** Volume 22, 2012.

_____. **Estudo Setorial da Construção Civil.** Estudos e Pesquisas. Número 51, maio de 2010.

FERRO, Sérgio. **A produção da casa no Brasil** [1969]. In ARANTES, P. F. Sérgio Ferro Arquitetura e trabalho livre. Cosacnaify, 2005.

_____. **O canteiro e o desenho** [1979]. In ARANTES, P. F. Sérgio Ferro Arquitetura e trabalho livre. Cosacnaify, 2005.

_____. **Sobre “O canteiro e o desenho”** [2003] In ARANTES, P. F. Sérgio Ferro Arquitetura e trabalho livre. Cosacnaify, 2005.

FILGUEIRAS, Vitor A (org). **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Sergipe: MPT, 2015.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. [1845] São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Sobre a questão da moradia**. [1873] São Paulo, Boitempo, 2015.

FIX, Mariana de Azevedo Barretto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de doutorado. Faculdade de Economia da Universidade de Campinas, 2011. (disponível em: [file:///C:/Users/Administrador.NBP_1077/Downloads/FixMarianadeAzevedoBarretto_D%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Administrador.NBP_1077/Downloads/FixMarianadeAzevedoBarretto_D%20(1).pdf))

FRANK, G. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. México: Siglo Veintuno, 1970.

_____. **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo**. In STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda 1960-1980. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. 1973. In TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**. Vida e obra. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____. **Estado y crisis en Brasil**. Cuadernos Políticos, n. 13. México, D.F.: Ediciones Era, julho-setembro de 1977, p. 76-84.

_____. **Processo e tendências da globalização capitalista**. In SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**.

São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OSORIO, J. **Fuentes y tendencias de la teoría de la dependencia.** In MARI-
NI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (coords.). **La teoría social latinoamericana.** Tomo II. Subdesarrollo y dependencia. México, D.F.: Ediciones El Caballito, 1994.

RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (orgs.). **História do marxismo no Brasil.** Vol. V (Partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

SADER, Emir. **Nós que amávamos tanto O Capital.** revista Praga, n1, São Paulo, 1996.

STOLFI, A.; Rezende, A; Nobre, T. (orgs.). **Eternos questionamentos de canto.** 2002. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/nobre_conversa_sf.pdf

SCHARZ, Roberto. **Um seminário Marx.** In: Sequencias brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, T. dos. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico.** 1998. Disponível em: <[http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriada-dependencia .pdf](http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriada-dependencia.pdf)>.